



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012289-28.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro**
 Requerente: **SONIA MARIA DOS SANTOS GATTI**
 Requerido: **BANCO DO BRASIL SA.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que renovou seu seguro residencial, comprometendo-se a pagar as parcelas do prêmio ajustado por intermédio de seu cartão de crédito, o qual foi posteriormente cancelado.

Alegou ainda que acreditou que o réu faria os débitos pertinentes em sua conta bancária, mas ele além de assim não agir cancelou o seguro, de sorte que foi orientada a fazer um outro.

Salientou, porém, que depois de adquirir novo cartão o réu cobrou as parcelas do seguro já cancelado, não sendo a pendência solucionada.

Os fatos articulados pela autora estão comprovados nos documentos constantes dos autos.

O de fls. 03/05 atina ao seguro residencial que ela renovou e que teria vigência entre 11/07/2014 a 11/07/2015, enquanto o de fl. 07 noticia o seu cancelamento promovido pelo réu em razão do não recebimento do pagamento a que se comprometera a autora.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já o de fls. 09/11 diz respeito ao segundo contrato de seguro firmado precisamente em decorrência do cancelamento do anterior, com previsão de vigorar de 03/10/2014 a 03/10/2015.

Na contestação que apresentou, o réu admitiu o cancelamento do primeiro seguro por falta de pagamento, mas ressaltou que ele foi reativado através da segunda apólice nos mesmos valores anteriormente contratados, mas com o prêmio a ser pago em patamar inferior ao anterior no importe de uma parcela devolvida em forma de estorno.

A explicação do réu não convence.

De início, em momento algum restou aventado que o segundo seguro importava reativação do primeiro, valendo notar que seja pelos termos da respectiva apólice (que previa inclusive vigência diversa do seguro inicial), seja pela circunstância do cancelamento já ter-se cristalizado a ideia que se impõe é a de que foi efetivamente concebida uma nova relação jurídica entre as partes, sem ligação com a primeira.

Como se não bastasse, se a segunda apólice previa o pagamento de uma única parcela (fl. 10), desconhece-se com fundamento em que disposição o réu retomou os pagamentos daquelas que estavam em aberto relativamente à primeira apólice.

Repita-se que isso em momento algum restou assentado entre as partes, tanto que não há regramento específico a propósito como seria de rigor para conferir legitimidade aos descontos levados a cabo.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, denota que o réu não tinha respaldo para proceder aos descontos das parcelas concernentes ao primeiro contrato quando já em vigor o segundo (os documentos de fls. 144/145 atestam que isso teve vez em 10/10 e 10/11, isto é, quando já vigorava o segundo contrato – fls. 109/111), até porque nada de concreto faz supor que houve a reativação daquele e não uma nova contratação.

Nesse contexto, transparece de rigor a devolução de tais valores à autora, restituição que não corresponderá às quatro parcelas pagas e sim apenas às duas últimas (quando dos primeiros pagamento o contrato ainda vigorava, sendo só então cancelado, de sorte que eles tinham amparo a lastreá-los).

Entendo, outrossim, que a conduta do réu acarretou danos morais à autora passíveis de ressarcimento.

A descrição pormenorizada do episódio realizada a fls. 84/87 evidencia que ela foi exposta a constrangimentos e frustrações de vulto muito superiores aos meros dissabores inerentes à vida cotidiana.

O réu ao menos na espécie vertente não dispensou à autora o tratamento que lhe seria exigível, colocando-a em situação difícil e inaceitável, como de resto sucederia com qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O valor da indenização está em consonância com os critérios usualmente seguidos em hipóteses dessa natureza (condição econômica das partes e grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo agasalho.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a rescisão do primeiro contrato firmado entre as partes (apólice nº 004461675) e para condenar o réu a pagar à autora as quantias de R\$ 127,30, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 05 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**